

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTIDOS DE MASSA: UTOPIA OU REALIDADE?

Neila Ferraz Moreira Nunes

Professora de História do Brasil da Faculdade de Filosofia de Campos-Mestranda em Ciências Sociais pelo IUPERJ-UCAM

Resumo

É uma constante na Ciência política a preocupação em detectar até que ponto a direção de organizações partidárias, sindicatos e outras instituições conseguem atender às demandas e anseios de seus filiados. Os partidos políticos atuam de acordo com suas bases? A direção dos sindicatos realizam uma política concernente com seus membros? Os políticos eleitos governam de acordo com seus eleitores? Buscamos neste artigo refletir sobre estas questões e inferir sobre a possibilidade da atuação democrática nos partidos de massa, e por desdobramento em outras instituições, a partir do pensamento “elitista” em geral e em particular da obra de Robert Michels.

1 Introdução: partidos políticos e ação democrática

Um observador mais atento será capaz de perceber como é comum o fato de que grupos dirigentes de partidos políticos, sindicatos e outras instituições tendem a tomar iniciativas e decisões que inúmeras vezes se contrapõem aos desejos e anseios de seus afiliados. Esta é uma conduta bastante freqüente e típica dos comandos de greve, das direções partidárias, sindicais e associações diversas, dos políticos eleitos democraticamente, todos estes, elementos que por pressuposto deveriam atender aos interesses de suas bases.

A constância deste comportamento talvez nos faça deduzir que este, seria o caso de agremiações reacionárias e não democráticas, fato que não se sustenta quando ao analisarmos os partidos de massa, que primam pela defesa e construção da democracia, concluimos que a realidade não é aí muito diferente. O mesmo acontece nas agremiações ditas democráticas.

Ora, em princípio, todo e qualquer partido de massa que se constitui tem como finalidade última a realização da democracia. No momento em que homens se reúnem e se organizam em prol de uma luta contra o centralismo do Estado e seu despotismo, suas ações só terão sentido se estiverem na busca de um ideal democrático que se concretizaria no auto governo das massas. É então, que se constitui um partido revolucionário, cuja pretensão é a substituição de um Estado centralizador, objeto de seu combate, por um outro, cuja característica maior seria a concretização da democracia. Realizar-se-ia neste momento o sonho dos que se engajam numa luta partidária -a grande utopia.

Será este sonho possível? Será a democracia viável dentro de uma organização partidária? Até que ponto os partidos de massa realizam a democracia? Estas são as questões básicas que pretendemos discutir e procurar responder, a partir principalmente a partir da obra de **Robert Michels**.

Robert Michels pertence, ao lado de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, ao grupo de cientistas políticos denominados “elitistas”, pois são considerados os fundadores da *teoria das elites*, cujo surgimento suscitou acirrada discussão e constituiu excelente contribuição para o conhecimento da Ciência Política.. Segundo eles, por mais que os homens se digam iguais e que as constituições também proclamem a igualdade, só existem no mundo duas classes - a que dirige e a que é dirigida. Este fato independe da História e das pessoas, não decorre da deliberação, do desejo e nem da vontade. É um fato sociológico. Sempre haverá dirigentes e dirigidos. Os motivos pelos quais isso vai acontecer pode até variar, mas a teoria será sempre a mesma.

Mesmo se no mundo todos fossem igualmente inteligentes, capazes e muito bem intencionados (possibilidade inexistente), o argumento não muda: sempre haverá segundo os “elitistas” uma minoria, uma “elite” que manda, pois no meio de muitos, são poucos aqueles que têm a capacidade de se organizar e exercer o poder.

Michels, em sua obra “**Sociologia dos Partidos Políticos**” analisou com grande realismo o comportamento dos partidos no tocante à questão democrática. Para construir sua tese, ele procurou tomar como base de observação, os partidos que por natureza e princípio seriam mais comprometidos com a construção da democracia, como os partidos de massa, os proletários, os socialistas, os revolucionários, etc. Dentre estes, elegeu o Partido Socialista Alemão, considerado o mais democrático de todos, como a fonte básica para sua pesquisa.

Segundo este autor, quando se trata da realização de sua política externa (entendendo aqui a relação partidária com o Estado e a luta por sua realização programática), os partidos políticos, mesmo que estejam submetidos a uma direção oligárquica e autoritária, ou agindo sob uma liderança demagógica, conseguem pressionar o Estado e avançar no sentido do avanço democrático. Apesar de uma influência muitas vezes lenta e outras vezes interrompida, eles podem produzir um considerável progresso na direção da justiça social. E se os partidos

de oposição, durante o processo político, passarem a colaborar com as classes dirigentes e participar do poder, isto os fará conservadores porque o “*poder é conservador o tempo todo*”. (MICHELS, p.219).

Entretanto, quando se observa a política interior dos partidos, conclui-se que em todos eles ocorre uma grande centralização administrativa que anula qualquer possibilidade de uma gestão democrática, ou seja, não acontece neles a realização da democracia interna, entendida como a participação de todos na condução da vida partidária. Na verdade, os partidos são dominados por um classe de dirigentes profissionais(a oligarquia) que, afastados dos militantes, agem com um independência tal, que fariam inveja ao mundo da aristocracia.

“A Constituição de oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e por conseqüência uma tendência à qual sucumbefatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista. Haller já tinha observado que, sob toda forma de convivência social, a natureza cria por si mesma relações de dominação e de dependência. A supremacia dos chefes nos partidos democráticos revolucionários é um fato que deve ser levado em conta em qualquer situação histórica presente ou futura. (MICHELS, p.238).

Como ocorre este processo? Que motivos provocam um comportamento tão contraditório com os postulados teóricos do partido? Por que a democracia é inviável na gestão partidária?

2 O Processo de Oligarquização:

a) a sociologia da organização

Michels desenvolve em sua análise uma argumentação que se serve tanto da *sociologia das organizações*, como também se apoia nos princípios da *psicologia social*. Como primeiro argumento percebe, com clareza, que toda classe que queira atingir seus ideais necessita de *organização*. O proletariado para adquirir capacidade de resistência política e dignidade social terá que inevitavelmente se organizar.

Somente um partido bem estruturado tem condições de enfrentar a luta e para atingir a organização necessária (o que exige a autoridade e a disciplina) ele cria obrigatoriamente durante este processo uma poderosa oligarquia interna, transformando-se num arremedo do Estado que desejava destruir. Torna-se um Estado dentro do Estado. Desse modo, o partido que nasceu revolucionário, a medida que cresce e se organiza, produz um fenômeno diametralmente oposto a sua proposta original. Na busca da democracia se transmuta num organismo centralizado e autoritário, perde seu entusiasmo revolucionário e se faz pesado e inerte tanto na ação como no pensamento. Para ser vitorioso torna-se igual ao inimigo que queria combater: constrói um burocracia, tem suas caixas cheias e usa de uma complexa rede de interesses financeiros e morais. A organização que a princípio era um meio, uma estratégia de luta, torna-se um fim em si mesmo. O partido fica como que engessado por dentro, e embora continue a usar um discurso revolucionário, sua prática é bem outra.

Ao lado da necessidade de organização, concorre também para a produção de uma burocracia centralizadora, uma questão de tempo e espaço - a impossibilidade óbvia de reunião da totalidade das massas - fato este que obrigatoriamente impõe a necessidade de *delegação*. Surgem deste modo, os chefes - os *delegados* - cuja tarefa vai adquirindo complexidade à medida que a organização partidária se desenvolve.

Os chefes no desempenho de suas funções necessitam progressivamente de conhecimentos e através do estudo, transformam-se numa verdadeira elite dentro do partido, cuja autoridade e saber adquiridos os afastam cada vez mais das massas. Essa oligarquia dirigente, que se aperfeiçoa constantemente, vai se apossando da direção do partido, e embora o chefe seja teoricamente um empregado das bases, na prática ele age independentemente delas.

Se, no início, o trabalho partidário é realizado por pessoas que o exercem como um função acessória e simples, usando as horas vagas, com o desenvolvimento do partido o trabalho se especializa, torna-se complexo e

exige uma atuação mais profissional aliada a uma dedicação cada vez mais permanente. O partido passa a oferecer postos de honra bem remunerados, que se por um lado exigem competência, por outro permitem aos políticos “fazerem carreira”. Uma vez profissionalizada, a direção do partido passa a atuar livremente e o dito controle das massas torna-se apenas ilusório.

A remuneração dos chefes é uma outra razão de ordem material que contribui para reforçar a burocracia partidária, favorecendo seu centralismo. Os chefes quando recebem pelos serviços prestados ao partido, adquirem uma dependência financeira, responsável pela criação do que chamamos de **círculo de ferro**: os chefes se agarram ao poder e lutam para nele permanecer.

A remuneração aos empregados do partido foi se impondo nas agremiações operárias porque diferentemente das aristocráticas, cujos membros eram ricos e poderiam por diletantismo fazer política, nos partidos de massa, os operários precisavam de seus salários para sobreviver.

Decorrente das questões até aqui discutidas, há um dado que nos chama a atenção quando analisamos a construção do poder intra partidário - é a permanência dos chefes nos cargos de mando das referidas agremiações. As chefias sempre gozam de uma grande estabilidade com ínfimas taxas de renovação: os mais velhos raramente cedem o lugar aos mais jovens e a reeleição constitui uma tônica constante. O que de início começa como uma missão temporária, transforma-se num cargo efetivo, concorrendo para tal, o sentimento de gratidão que as massas nutrem por aqueles que se “doam” ao partido e “sofrem” por eles, fato que se traduz numa contínua reeleição de seus chefes.

“Teoricamente o chefe é removível e as massas detém o poder, mas na prática a tendência é bem outra. O que muitas vezes ocorre é uma disputa entre os velhos chefes e as novas lideranças, momento no qual o chefe ameaçado usa de princípios teóricos (como a necessidade de manter a integridade do partido) para a defesa de suas posições, embora se saiba que o que realmente conta é a ambição.

Algumas vezes, quando os mais velhos não conseguem vencer a luta, o que é bastante raro, os antigos consentem em dividir o poder com o recém-chegados.

b) a psicologia social

A *psicologia social* constitui o outro grande pilar em que se baseia Michels para explicar a construção de uma oligarquia no interior dos partidos políticos, a qual age autoritariamente, à revelia da vontade das massas e às vezes até mesmo contra o interesse delas. Segundo este autor, as massas abdicam facilmente de seus direitos e mostram uma grande indiferença em participar das atividades do partido. O proletariado em seu comodismo, pouco frequênta as reuniões partidárias, deixando um espaço aberto que será ocupado, sem dúvida, por outrem. A questão das contribuições financeiras, como se sabe, só se resolve pela coerção. Some-se a tudo isso, uma imensa indiferença política por parte das massas e uma apatia endêmica diante de decisões importantes, como se elas tivessem uma tendência inata e uma necessidade orgânica de serem dirigidas. Todos estes fatores forçadamente contribuem para a construção de uma férrea oligarquia dirigente.

“A necessidade de serem dirigidas e guiadas é muito forte entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. E essa necessidade vem acompanhada de um verdadeiro culto aos chefes que são considerados como heróis”. (MICHELS, p.35).

Percebe-se claramente quando se analisa o comportamento das massas, que as multidões nutrem um grande reconhecimento pelas personalidades que falam e dirigem o partido em seu nome. Elas estão sempre prontas a reconhecerem as qualidades dos chefes e os sacrifícios que fazem quando suportam perseguições, exílios e prisões. Há uma espécie de veneração pela figura do chefe principalmente se ele tem o domínio da oratória, se possui convicções firmes, superioridade do saber, força de vontade e fé em suas idéias.

3) A “lei de bronze” da oligarquia

Segundo Michels, quando a máquina burocrática do partido se consolida, os dirigentes desviam-se do padrão democrático e abusam de procedimentos que contrariam a vontade de seus representados. Qualquer oligarquia, seja ela de partido proletário ou não, age da mesma forma. É o acúmulo do poder nas mãos de uma minoria que conduz a abusos e distancia os chefes da massa. Assim é que o partido que nasceu para combater a autoridade do Estado e em sua trajetória é obrigado a se organizar e reforçar sua centralização, acaba por criar uma brutal usurpação interna, e uma imensa tirania que as massas são incapazes de perceber. A centralização antidemocrática pode ser justificada como um meio tático necessário ao enfrentamento político e à educação das massas, mas não consegue encobrir a dura realidade: - a gestão democrática no contexto dos partidos de massa não é possível, assim também como os interesses das bases partidárias não coincidem com os da burocracia que as representa.

“Num partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem com os da burocracia que o personifica”. (MICHELS, p.234).

Segundo este autor, este fato não ocorre porque os indivíduos são egoístas ou dotados de mal caráter, ou porque são apenas interesseiros e mentirosos, mas trata-se de um fenômeno orgânico, inerente ao desenvolvimento partidário: qualquer partido que se organiza, ao atingir um determinado tamanho irá consequentemente criar uma oligarquia centralizadora- esta é a **lei de bronze da oligarquia** - não há outra alternativa. A partir deste entendimento, as massas nunca serão soberanas e a democracia ideal jamais será atingida.

A obra de Robert Michels baseada em efetivos dados empíricos, nos revela um profundo conhecimento da engrenagem partidária e por isso mesmo, constitui leitura obrigatória para aqueles que se interessam pela sociologia dos partidos. Se não ousa nos apontar caminhos seguros para a construção democrática, também não pretende desencorajar

a busca de uma ordem social que possibilite a realização da soberania popular.

Embora este trabalho se volte para o comportamento dos partidos políticos, por desdobramento e com base numa observação mais atenta podemos estendê-la para outros tipos de instituições políticas como sindicatos e associações diversas, onde detectamos as mesmas questões e idênticas atitudes.

A teoria democrática desenvolvida pelos elitistas em geral, e a questão partidária tratada em particular por Michels tem a capacidade de demistificar a visão romântica, poética e utópica que não raro envolve estes temas. Se num primeiro momento o duro realismo pode assustar, ou mesmo levar a uma possível desmobilização política, num outro contribui para uma compreensão mais verdadeira da vida política, além de nos fornecer um importante e mais autêntico instrumental de luta. Se o sonho é o combustível que impulsiona o indivíduo em direção de suas possíveis conquistas, só informações reais serão capazes de lhe fornecer o suporte adequado a uma estratégia competente. A realidade pode e deve embasar a utopia possível.

Se a democracia não puder ser traduzida numa realidade completa ela deve ser compreendida como o ideal que desejamos, algo como um ponto brilhante e firme a ser atingido na linha do horizonte.

Referências Bibliográficas

- [1]BOBBIO, Norberto, et al. Dicionário de Política, 12 ed. Brasília : UnB, 1999.
- [2]GRYNSPAN, Mario. Ciência, Política e Trajetórias Sociais, Uma Sociologia Histórica da Teoria das Elites. Rio de Janeiro : FGV, 1999.
- [3]MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília : UnB,1982.
- [4]OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo : EDUSP, 1999.
- [5]SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro : Zahar,1984.